

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 07 de Abril de 2001, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados compareceram às 8 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.

Prova Objetiva - I EXAME DE ORDEM / 2001 25.03.01

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

“A” litiga com “B” e vence a demanda - processo de conhecimento. Ao Executar a sentença - a execução era de quantia certa - “A” constata que “B” não possui bens penhoráveis. Entretanto, identifica um processo que “B” move contra “C” versando sobre uma cobrança de vultosa soma em dinheiro, cuja fase processual é: concluso para sentença. Então, “A” ingressa nos autos em que “B” promove contra “C” requerendo ser aceito como ASSISTENTE LITISCONSORCIAL NECESSÁRIO de “B”, com o intuito de garantir, para si, o arresto dos bens de “C” no caso de uma, virtual, vitória de “B”, sobretudo, se “B” desistir de EXECUTAR “C” já que toda esta importância ficará com “A”, pois, o crédito de “A” com “B” é maior do que o crédito de “B” com “C”. A ASSISTÊNCIA é deferida nos termos requeridos. “A” poderá substituir “B” caso este desista de continuar o feito contra “C”. Nesse ínterim, “C” ao tomar conhecimento da atitude processual de “A” procura o patrono deste e lhe oferece 10% do valor patrimonial envolvido - R\$ 900.000,00 - para que este desista da ASSISTÊNCIA de “A” em relação a “B”, até porque “A” desconhece que o pedido de ASSISTÊNCIA foi requerido e deferido. O outro argumento utilizado para convencer o patrono de “A” é que “B” já foi consultado e concordará em receber 40% do valor a que teria direito caso “A”, realmente, desista da ASSISTÊNCIA, até porque em caso contrário não receberia nada. Assim, “C” diminuiria seu prejuízo, “B” receberia alguma coisa, o advogado de “A” também, e, “A” jamais suspeitaria desse acordo.

- Somente as questões 1 e 2 dizem respeito a situação-problema acima.
- 1. Uma das afirmativas abaixo está **incorreta**. Assinale-a.
 - a O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, logo não poderá aceitar a oferta.
 - b Velar por sua reputação pessoal e profissional, assim não poderá ser infiel ao seu cliente.
 - c Não poderá aceitar a oferta porque esta proibido de violar o Código de Ética e nele há a proibição de emprestar concurso aos que atentem contra a ética, a moral, a honestidade e a dignidade da pessoa humana.
 - d advogado de “A” poderá aceitar a oferta em nome da liberdade e da independência da advocacia.
- 1. Uma das alternativas abaixo está **correta**. Assinale-a .
 - a O advogado não está sujeito a sanção disciplinar por violação do EAOAB.
 - b O advogado pode receber valores da parte contrária.

- c Se o advogado aceitar a oferta estará prejudicando por culpa grave, interesse confiado ao seu patrocínio.
- d Caso o advogado aceitasse a oferta e seu cliente solicitasse uma prestação de contas ele não estaria obrigado a prestá-las.

1. Sem considerar o problema acima nas próximas indagações, somente uma das afirmativas abaixo está **correta**. assinale-a .

- a é atividade privativa da advocacia a impetração de habeas corpus.
- b não atende o requisito de idoneidade moral para a inscrever-se na OAB aquele que tiver sido condenado por crime infamante, salvo reabilitação judicial.
- c há hierarquia entre advogado e magistrado.
- d não se aplica à sociedade de advogados as normas do Código de Ética nem mesmo naquilo que couber.

1. Idem à indagação anterior.

- a O advogado deve subordinar a atividade do seu Ministério Privado à elevada Função Pública que exerce.
- b O advogado não deve guardar o sigilo profissional em depoimento judicial devendo se oferecer para servir como testemunha sobre assunto que saiba em razão de seu ofício.
- c Não é competência do Tribunal de Ética mediar as controvérsias surgidas com a dissolução da sociedade de advogados.
- d O processo disciplinar só poderá ser instaurado de ofício.

1. Somente uma das afirmativas abaixo está **incorreta**. Assinale-a.

- a Os honorários da sucumbência não excluem os contratados.
- b Sem motivo justificável o advogado não pode cobrar honorários irrisórios ou abaixo do mínimo fixado pela Tabela de Honorários da OAB.
- c Cabe revisão no processo disciplinar quando houver erro de julgamento.
- d Na hipótese da *quota litis* a soma dos honorários contratuais e de sucumbência pode ser maior que a vantagem advinda para o cliente.

1. Somente uma das afirmativas abaixo está **incorreta**. Assinale-a.

- a A Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados é composta de 5 (cinco) membros, com atribuições definidas no seu Regimento Interno.
- b O gerente de banco privado não é impedido de advogar.
- c Há imunidade judiciária para o advogado quanto aos crimes de injúria e difamação em juízo ou fora dele na defesa da causa.
- d É direito do advogado recusar-se a depor como testemunha sobre fato que constitua sigilo profissional.

1. Somente uma das afirmativas abaixo está **correta**. Assinale-a .

- a São órgãos da OAB o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e as Caixas de Assistência dos advogados e a FAJE.
- b As sanções disciplinares consistem em censura, suspensão, exclusão, multa e prisão.

- c Compete privativamente ao Conselho Seccional realizar o Exame de Ordem.
- d O recurso contra a suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética tem efeito suspensivo.

1. Somente uma das afirmações abaixo está **incorreta**. Assinale-a.

- a A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da constatação oficial do fato.
- b É circunstância atenuante para aplicação da pena disciplinar a ausência de punição disciplinar anterior.
- c É possível a cumulação da pena de multa com outra sanção.
- d O processo disciplinar na OAB sempre terá apenas um relator.

1. Somente uma das afirmações abaixo está **incorreta**. Assinale-a.

- a A “Medalha Rui Barbosa” é a comenda máxima oferecida pelo Conselho Federal às grandes personalidades da advocacia brasileira.
- b A Conferência Nacional dos Advogados é o órgão consultivo máximo do Conselho Federal.
- c O Presidente do Conselho Federal é substituído em suas faltas pelo tesoureiro caso os antecessores não possam fazê-lo.
- d O mandato do membros dos Tribunais de Ética tem duração de 2 (dois) anos.

1. Somente uma afirmação abaixo está **correta**. Assinale-a.

- a Os inscritos na OAB podem deixar de pagar as anuidades sem que haja a conseqüente sanção.
- b O advogado, mesmo comprovadamente ofendido não tem direito a desagravo público.
- c Os integrantes da advocacia pública não são elegíveis mas podem integrar qualquer órgão da Ordem.
- d Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em cinco atos privativos previstos no art. 1º do Estatuto, em causas ou questões distintas

PROCESSO CIVIL / DIREITO CIVIL

1. Observe as preposições:

- I A causa de pedir significa a norma legal invocada pela parte;
- II Pedido Alternativo é aquele em que o Juiz não acolhendo o primeiro, pode acolher o segundo pedido;
- III A prescrição é um exemplo de defesa de mérito, indireta peremptória;
- IV A execução de incompetência relativa, em regra, não suspende o processo.

Assinale a resposta **correta**:

- a Somente as alternativas III e IV estão corretas;
- b Todas as alternativas estão corretas;
- c Somente a alternativa III está correta;
- d Todas alternativas estão erradas.

1. No que se refere as provas no processo civil, assinale a alternativa **errada**.
- a Juiz para decidir a lide se contenta com a verdade processual, sendo prescindível a verdade real;
 - b Embora não exista hierarquia entre as provas e o Juiz tendo livre convencimento motivado, a confissão prevalece sobre as outras, pela sua própria natureza;
 - c O ônus da prova tanto pode caber ao autor quanto ao réu;
 - d A Inspeção judicial é um meio de prova, tanto quanto a prova testemunhal, pericial, depoimento pessoal, confissão e documental.

1. Assinale a alternativa **correta**:

- a Na audiência de tentativa de conciliação, sob o rito comum ordinário, o réu é obrigado ao comparecimento, pena de revelia;
- b A inversão da ordem dos depoimentos na audiência gera a nulidade absoluta;
- c Se o advogado não comparecer à audiência sem motivo justificado, poderá o juiz dispensar a produção de provas por ele requeridas;
- d O princípio da concentração e unidade da audiência consiste na obrigação de o Juiz assistir pessoalmente à produção das provas, em relação direta com as partes, testemunhas etc.

1. Proposições:

- I Pode uma só execução versar sobre mais de um título extrajudicial relativos ao mesmo negócio.
- II O credor tem a faculdade de desistir da execução, mas a extinção, em qualquer caso, dependerá da concordância do embargante.
- III Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro independem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- IV O fiador, quando executado, poderá nomear bens livres e desembaraçados do devedor, mas, se pagar a dívida, não poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo.

Alternativas:

- a Todas as afirmações são verdadeiras.
- b Todas as afirmações são falsas.
- c Apenas as afirmações I, II e III são verdadeiras.
- d Nenhuma das alternativas anteriores.

1. Assinale a alternativa **falsa**:

- a Da oposição resulta a formação, entre os opostos, de um litisconsórcio necessário e simples.
- b Nas comarcas onde for difícil o transporte o juiz poderá prorrogar quaisquer prazos, mesmo os peremptórios, mas nunca por mais de trinta dias, exceto se se tratar de caso de calamidade pública, quando poderá ser excedido tal limite.
- c Na ação declaratória incidental existe questão subordinante da principal.
- d O juiz não aceitará a recusa da parte em exhibir documento, sob alegação de não possuí-lo, se ela aludira ao documento, no processo, com o intuito de constituir prova.

1. Em ação em que o fiador for réu é possível trazer à lide o devedor principal. Essa

modalidade de intervenção de terceiro denomina-se:

- a Oposição.
 - b Denúnciação á lide.
 - c Chamada ao processo.
 - d Nomeação à autoria.
1. O recurso cabível contra decisão de Tribunal que denega, por maioria de votos, em Ação Rescisória é:
- a Recurso extraordinário ou especial, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional.
 - b Embargos infringentes.
 - c Suspensão de segurança.
 - d Recurso ordinário, para o STF ou STJ.

1. Assinale a alternativa **correta**:

A petição inicial deve conter os requisitos do artigo 282 do CPC. Contudo, o pedido:

- a Pode ser modificado a qualquer tempo, se o réu concordar.
- b Pode ser modificado somente antes da citação do réu.
- c Pode ser modificado, mesmo após a citação, desde que se promova nova citação do demandado, assegurando-lhe o prazo de resposta.
- d Não pode ser modificado, cabendo sempre ao autor propor a ação autônoma

1. Da decisão que indefere a petição inicial do pedido reconvenicional, dando prosseguimento à ação principal, cabe:
- a Recurso de agravo retido.
 - b Recurso de agravo de instrumento.
 - c Recurso de apelação.
 - d Não cabe recurso, porque o pedido reconvenicional pode ser ajuizado através de ação independente e autônoma, tendo este instituto a finalidade de facilitar o acesso à Justiça e a economia processual.

1. Indique a alternativa **verdadeira**:

- a Em matéria de tutela das obrigações de fazer ou não fazer o juiz pode, de ofício, fixar multa com o escopo de pressionar o obrigado a cumprir o preceito por deliberação própria.
- b Se o juiz se deparar com lei distrital que consiste inconstitucional frente à lei Orgânica do DF, deve remeter os autos ao Tribunal com as razões de seu membros de seu Órgão especial, aprecie a matéria.
- c Nos casos expressamente previstos em lei de responsabilidade dos sócios com seus próprios bens, não se lhes admite o “beneficium excussionis personalis”.
- d Deparando-se o juiz com a presença da fraude de execução, deve emitir pronunciamento nos próprios autos declarando ineficaz a venda feita pelo devedor e submetendo os respectivos bens à constrição.

1. Para efeitos civis, é considerado o domicílio da mulher casada:

- a Sempre do seu marido;

- b Na zona eleitoral de sua cidade;
 - c Dos seus genitores quando estiver em processo de separação;
 - d Nenhuma das alternativas anteriores.
1. São considerados vícios sociais:
- a Simulação e fraude contra credores;
 - b Dolo e coação;
 - c Erro e ignorância
 - d Todas as anteriores.
1. As ações relativas a direitos pessoais prescrevem em:
- a Ordinariamente em vinte anos contados da data em que poderiam ter sido propostas,
 - b trinta anos quando as partes residirem em localidades diversas;
 - c Dez anos entre presentes e quinze entre ausentes, contados da data em que deveriam ter sido propostas;
 - d nenhuma das alternativas está correta.
1. São coisas fora do comércio:
- a os direitos de autor;
 - b o bem de família;
 - c Os navios e aeronaves;
 - d Nenhum dos acima citados.
1. A existência da pessoa natural termina:
- a Com a morte, no caso de comoriência;
 - b Vinte anos após a sentença que concede a sucessão provisória;
 - c Após cinco anos das últimas notícias suas.
 - d Nenhuma das alternativas anteriores.
1. O casamento celebrado fora do Brasil prova-se:
- a Por certidão do assento no registro consular;
 - b Declaração da Santa Sé;
 - c De acordo com a lei do país, onde se celebrou;
 - d Todas as assertivas estão corretas.
1. Assinale a alternativa que apresenta os regimes dos bens entre os cônjuges adotado pela legislação civil brasileira.
- a Do Companheirato, Comunhão Parcial, Universal e da Separação;
 - b Da Separação. Da Comunhão Parcial e Total com pacto antenupcial;
 - c Da Comunhão Universal e Parcial, da Separação e o Dotal;
 - d Nenhuma das alternativas anteriores.
1. Quanto a CLÁUSULA PENAL, assinale a alternativa **ERRADA**.
- a Só pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação principal;
 - b Pode referir-se à inexecução completa da obrigação, ou simplesmente a mora;
 - c A cominação imposta não pode exceder 100% da obrigação principal.

d A nulidade da obrigação importa a da cláusula penal.

1. Sobre o MANDATO, assinale a única alternativa **ERRADA**.

- a Pode ser verbal ou expresso e tácito ou escrito
- b O reconhecimento da firma é condição essencial a sua validade;
- c No caso de revogação deve-se notificar apenas ao mandatário.
- d O mandado em termos gerais só confere poderes de administração.

1. Assinale a única alternativa **CORRETA** abaixo.

- a Os testamentos ordinários podem ser públicos, particulares e nuncupativos;
- b Os legatários podem ser testemunhas em testamentos;
- c Os testamentos marítimos e militares são forma especial de testar.
- d O Codicilo não poderá ser revogado por outro igual.

DIREITO PENAL/ PROCESSUAL PENAL

1. Analisando o crime de genocídio, indique a alternativa **correta**:

- a é crime doloso contra a vida e, portanto, da competência do Júri Popular.
- b é crime contra o patrimônio jurídico e, portanto, é também da competência do Júri Popular.
- c é crime contra um grupo de pessoas que se destacam pela raça, nacionalidade ou religião, independentemente da personalidade de cada um dos seus integrantes, sendo de competência do Juiz Singular Federal .
- d nenhuma das alternativas está correta.

1. Sobre imputabilidade penal é **incorreto** afirmar:

- a Imputabilidade penal é a capacidade de a pessoa entender a ilicitude do fato e, mesmo assim, determinar-se e agir de acordo com esse entendimento.
- b É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação ou doença mental, ou de desenvolvimento incompleto ou retardado, não era , ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c Nos termos do Código Penal, a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, a menoridade e a embriaguez fortuita completa excluem a imputabilidade.
- d O nosso Código Penal estabelece que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

1. Analise as proposições abaixo e, após, marque a alternativa **correta**.

I - As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando o réu não for reincidente em crime doloso.

II - As penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando o crime não tiver sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

III - As penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando a culpabilidade, os antecedentes e a conduta social e a personalidade do condenado, bem assim os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

IV - As penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando a pena aplicada for privativa de liberdade com tempo não superior a quatro anos, ou, qualquer que seja a pena aplicada, se tratar-se de crime culposos.

- a somente as proposições “I”, “II” e “IV” são verdadeiras.
- b todas as proposições são falsas.
- c todas as proposições são verdadeiras.
- d somente a proposição “III” é verdadeira.

1. Todos os dias Carlos corria no Parque da Cidade, aqui em Brasília. Em determinado sábado, um cachorro da raça “pitt-bull” soltou-se da corrente e o atacou. Para defender-se, Carlos matou o cão. Inconsolável e revoltado, o proprietário do animal levou o fato ao conhecimento da polícia, sendo lavrada a ocorrência, incriminando Carlos. **Pode-se afirmar que Carlos agiu:**

- a em estado de necessidade;
- b em legítima defesa;
- c no estrito cumprimento de dever;
- d no exercício regular de um direito.

1. Avalie as afirmativas que se seguem e, logo após, assinale a seqüência **correta**.

I - Nos crimes materiais, de ação e de resultado, o momento consumativo é o da produção deste.

II - Nos crimes permanentes, a consumação se protraí no tempo, desde o instante em que se reúnem os seus elementos constitutivos típicos, até que cesse o comportamento do agente.

III - Nos crimes formais, a consumação ocorre no momento da produção do resultado ilícito.

IV - Nos crimes culposos não há possibilidade de identificar o momento consumativo.

- a apenas as afirmativas “I” e “II” estão corretas.
- b apenas as afirmativas “I”, “II” e “III” estão corretas.
- c apenas as afirmativas “III” e “IV” estão corretas.
- d todas as afirmativas estão corretas.

1. Avalie as proposições seguintes e marque a alternativa **incorreta**:

- a Quando alguém recebe coisa alheia móvel de forma lícita e resolve depois não mais restituí-la comete o crime de apropriação indébita.
- b O crime de apropriação indébita difere dos demais crimes contra o patrimônio, uma vez que o agente, ao entrar na posse da coisa, não está cometendo qualquer crime.
- c O crime de apropriação indébita não admite modalidade culposa.
- d No crime de apropriação indébita não é necessário que o agente tenha a prévia e legítima posse ou detenção do bem.

1. Em determinado dia, Mévio percebeu a ausência de sua carteira com talonário de cheques, documentos, dinheiro etc...Considerando a situação, Mévio foi à Delegacia mais próxima de seu domicílio, sendo lavrada a pertinente ocorrência. Na apuração dos fatos, o Delegado constatou que o furto havia sido cometido por Tércio, filho de Mévio, que subtraíra a carteira do pai para adquirir e consumir substância entorpecente.

Diante da situação relatada, avalie as proposições seguintes e marque a que correta:

- a o Juiz, acertadamente, ao julgar o caso, subsumiu a hipótese como “causa excludente da ilicitude”, excluindo o crime de Tércio.

- b o Juiz, acertadamente, ao julgar o caso, deixou de subsumir a hipótese nas imunidades ou “escusas absolutórias”, considerando os motivos do crime. Portanto, condenou Tércio por crime de furto simples, aplicando a pena mínima.
 - c o Juiz, acertadamente, ao julgar o caso, reconheceu a prática do crime de furto, deixando, porém, de aplicar penalidade qualquer a Tércio, por força de causa obrigatória de isenção de pena, prevista na lei penal.
 - d o furto de bem móvel, por parte de filho ou cônjuge, é causa de extinção de punibilidade, excluindo o próprio crime.
1. Mévio, não desejando pagar pelo consumo de energia elétrica, contratou Tício para que ambos, conscientemente, efetuassem uma ligação clandestina de desvio, antes do relógio- medidor de uso, o que gerou prejuízo para a CEB. Tal fato, importa registrar, restou comprovado por perícia oficial realizada no local e pela confissão dos dois.

Nesse contexto, é possível afirmar que a conduta praticada :

- a está tipificada como crime de concorrência desleal;
- b está tipificada como crime de furto;
- c está tipificada como apropriação indébita;
- d é penalmente atípica, inserindo-se apenas no campo das penalidades administrativas.

1. Assinale a afirmativa **correta**.

Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela constitui:

- a contravenção penal;
- b infração administrativa;
- c indiferente penal;
- d crime.

1. Agindo livre e conscientemente e mediante prévio acordo de vontades, João, Pedro, Antônio e Sílvio associaram-se, por longo tempo, para a prática de assaltos a bancos e a postos de gasolina, sempre com o uso de armas. Presos, culminaram denunciados por diversos crimes contra o patrimônio, em **quadrilha (art. 288, Código Penal)**. Durante a instrução criminal, João veio a falecer, sendo declarada pelo Juiz a extinção da punibilidade dele, diante do fato morte. Com dessa decisão, os outros três acusados passaram a pleitear a inexistência do crime de quadrilha que, em seu tipo, exige a associação de mais de três pessoas.

Nesse contexto, analise as afirmativas que se seguem e, após, assinale a alternativa **correta**.

- a o fato novo interfere realmente na tipificação penal, sendo certo que a lei penal retroage para beneficiar os acusados;
- b esse novo argumento defensivo, em face do princípio do aproveitamento que vigora no Direito Penal, realmente irá favorecer os demais integrantes do grupo ;
- c o número de integrantes exibido para compor o delito de quadrilha deve ser apurado no momento da realização dos delitos e em relação à meta desejada, sendo irrelevante

- posterior extinção da punibilidade de um dos agentes;
- d nenhuma das alternativas anteriores está correta.

1. Analise as proposições que se seguem e assinale a alternativa **correta**:

- a A lei processual penal nova aplicar-se-á desde logo ao processo, sem prejuízo da validade dos atos processuais realizados sob a vigência da lei anterior.
- b A lei processual penal nova retroage aplicando-se aos atos processuais desde o tempo do fato delituoso.
- c A lei processual penal nova será aplicada, ou não, aos atos processuais anteriores, conforme decisão do juiz, para que ele possa formar o seu livre convencimento sobre o fato delituoso.
- d Se a lei processual penal nova mostrar-se mais benigna ao acusado deverá retroagir para beneficiá-lo.

1. Indique a alternativa **correta**.

- a No Processo Penal, é sempre necessário mandato de procuração para o advogado patrocinar a defesa do acusado.
- b A constituição de defensor independe de instrumento de procuração, se o acusado indicar o advogado por ocasião do interrogatório judicial.
- c O mandato de procuração para a defesa criminal para atuação no Tribunal do Júri exige poderes especiais e específicos, inclusive para transigir e confessar.
- d O advogado nomeado pelo Juiz para patrocinar a defesa criminal de determinado acusado não está obrigado a fazê-lo, podendo declinar do encargo por petição imotivada.

1. Pronunciado o acusado por prática de homicídio doloso qualificado, caberá à defesa interpor :

- a recurso de apelação.
- b recurso no sentido estrito.
- c recurso de agravo.
- d carta testemunhável.

1. Analise as afirmações seguintes e assinale a alternativa **correta**.

- a Por disposição constitucional expressa, admite-se a ação penal privada subsidiária ou supletiva nos crimes em que a previsão legal é de ação penal pública, se esta não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal.
- b A representação, nos crimes a ela condicionados, é retratável a qualquer tempo, mesmo estando em curso a ação penal.
- c A morte ou a declaração judicial de ausência do ofendido, torna perempto o direito de oferecer queixa, ou de prosseguir na ação penal privada, uma vez que fica extinta a punibilidade do querelante.
- d As fundações, as associações ou as sociedades, ainda que legalmente constituídas, não podem exercer a ação penal de qualquer espécie, porque a responsabilidade penal é sempre objetiva.

1. Assinale a alternativa **correta**.

- a A ação penal privada admite Advogado Assistente do Ministério Público, já que o ofendido figura como parte necessária no processo.
- b O Advogado Assistente do Ministério Público pode ser admitido na causa a qualquer tempo, enquanto não transitada em julgado a decisão judicial, podendo requerer medidas e diligências que se afigurem necessárias, ainda que se tenha que refazer atos instrutórios já pretéritos.
- c Ao Advogado admitido como Assistente do Ministério Público é permitido aditar o libelo, no Tribunal do Júri, mas lhe é vedado aditar a denúncia, porque esta é peça exclusiva do Órgão Ministerial.
- d O Advogado Assistente do Ministério Público não pode arrazoar os recursos que interpostos pelo Órgão Ministerial.

1. Analise a situação exposta e, logo após, assinale a alternativa **correta**.

Após furtar diversos aparelhos celulares da loja em que trabalhava, Mévio, por intermédio de Tércia, ajustou vendê-los para Níveo. Combinaram realizar a transação no Conjunto Nacional, em determinado local, marcando dia e hora para tanto. A Autoridade Policial foi avisada do fato e deslocou para aquele local, no dia e horário apazados, uma equipe de policiais que, disfarçada, lá permaneceu. Quando Mévio e Níveo realizavam a operação comercial delituosa, a polícia deu-lhes voz de prisão.

- a A prisão não será válida porque o flagrante foi preparado.
- b A prisão será válida porque se trata de flagrante presumido.
- c A prisão não será válida porque o flagrante foi ficto.
- d A prisão será válida porque o flagrante foi esperado e não preparado.

1. Analise as proposições que se seguem e, logo após, assinale a seqüência **correta**.

O civilmente identificado por documento original não será submetido à identificação criminal, **exceto** quando:

I - constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

II - houver registro de extravio de documento de identidade.

III - o estado de conservação ou a distância temporal da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.

IV - houver fundada suspeita de falsificação do documento de identidade.

- a apenas as proposições “III” e “IV” estão corretas.
- b apenas as proposições “I”, “II” e “III” estão corretas.
- c todas as proposições estão incorretas.
- d todas as proposições estão corretas.

1. Quanto ao inquérito policial, fase da persecução penal, avalie as proposições que se seguem e, logo após, assinale a seqüência **correta**.

I - O inquérito policial é procedimento informativo e não ato de jurisdição e, assim, os vícios ou irregularidades nele acaso existentes não atingem a ação penal a que der origem.

II - Apesar de o inquérito ser um procedimento administrativo, a lei processual penal faculta que o ofendido e o indiciado requeiram diligências para o esclarecimento dos fatos, em razão do princípio do contraditório que marca os atos processuais.

III - Admite-se o trancamento do inquérito policial, por via de “*habeas corpus*”, em casos excepcionais, quando a falta de justa causa mostra-se, desde logo, incontroversa e evidente.

IV - O trancamento do inquérito policial é cabível, quando presentes apenas indícios e não provas de autoria do delito imputado ao indiciado.

- a As alternativas “I”, “II” e “III” estão corretas.
- b As alternativas “I” e “III” estão corretas.
- c As alternativas “II”, “III” e “IV” estão corretas.
- d As alternativas “III” e “IV” estão corretas.

1. A respeito da matéria prisões processuais ou cautelares, analise as proposições que se seguem e, logo após, assinale a alternativa **incorreta**:

- a se a prisão mostra-se ilegal, deve o advogado do preso requerer o seu relaxamento.
- b desde que demonstrada a necessidade, o Magistrado pode decretar a prisão temporária de ofício.
- c a prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo Juiz, em decisão fundamentada, em qualquer fase do inquérito ou da instrução criminal.
- d verificando o advogado que seu cliente, menor de 21 e maior de 18 anos, foi autuado em flagrante pela Autoridade Policial, sem que lhe tivesse sido nomeado curador, deve requerer a imediata liberdade do mesmo, por invalidade e ineficácia do auto.

1. Avalie as proposições que se seguem e, logo a seguir, assinale a seqüência **correta**.

I - Se o acusado, citado por edital, não comparecer a Juízo, nem constituir advogado, o processo ficará suspenso.

II - Se o acusado, citado por edital, não comparecer a Juízo, nem constituir advogado, ficará suspenso o prazo prescricional.

III - O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ouvir antecipadamente testemunha, se esta houver de ausentar-se, ou, se por idade ou moléstia, inspirar receio de que não mais exista ao tempo da instrução criminal.

IV - A ação penal prosseguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato processual, deixar de comparecer a Juízo sem motivo justificado.

- a as proposições “II”, e “IV” estão corretas.
- b as proposições “I”, “II” e “III” estão corretas.
- c as proposições “I”, “III” e “IV” estão corretas.
- d todas as proposições estão corretas.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

Entre os elementos essenciais a que a prestação de serviços configure relação de emprego estão os seguintes:

- a) pessoalidade, dependência econômica, habitualidade.
- b) subordinação, integração à atividade-fim da empresa.
- c) onerosidade, pessoalidade, controle de ponto.
- d) habitualidade, subordinação, pessoalidade.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

Constituem justas causas para dispensa do empregado:

- a) o mau procedimento, desde que ocorra no horário e no local de trabalho, e a desídia.
- b) a difamação e a insubordinação.
- c) a improbidade e o ato de indisciplina.
- d) a incontinência de conduta e qualquer condenação criminal.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

As anotações realizadas na carteira de trabalho do empregado:

- () a - geram presunção absoluta.
- () b - geram presunção relativa.
- () c - não geram qualquer presunção.
- () d - geram presunção absoluta contra o empregador e relativa contra o empregado.

2. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

- a) Considera-se empregador a empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, contrata, remunera e dirige pessoalmente a prestação de serviços.
- b) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores que prestem serviços com subordinação, pessoalmente, com habitualidade e mediante pagamento.
- c) Considera-se empregador o dono da obra que contratou os serviços de empreiteira, se esta não pagou corretamente o devido aos trabalhadores.
- d) As empresas do mesmo grupo econômico são responsáveis, subsidiariamente, pelos vínculos empregatícios existentes com cada uma delas, tratando-se de típico caso de solidariedade ativa.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

Entre as condições necessárias a fazer jus a equiparação salarial, é necessário que o trabalho do empregado, em relação ao do paradigma, se exerça:

- a com mesma perfeição técnica e em mesma localidade.
- b com mesma produtividade, ainda que as funções sejam diversas.
- c para empresas da mesma categoria e que seja de igual valor.
- d em empresa que não tenha quadro organizado em carreira aprovado pelo Ministério do Trabalho e que entre paragonado e paradigma não exista diferença de mais de um ano de serviço.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

- a O empregador pode realizar desconto do salário do empregado quando este tiver lhe causado dano doloso, desde que previsto no contrato de trabalho.
- b O empregador pode realizar desconto do salário do empregado quando o dano tiver ocorrido por culpa deste, haja ou não previsão contratual.
- c O empregador pode realizar desconto do salário do empregado quando este estiver devendo o valor de uma compra realizada no armazém daquele.
- d Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

O contrato de trabalho somente pode ser alterado, sem intervenção do sindicato, se:

- a a alteração não for prejudicial ao empregado, ainda que unilateral.
- b a alteração, bilateral, não for prejudicial ao empregado.
- c a alteração for benéfica ao empregado.
- d a alteração for assistida pela Delegacia Regional do Trabalho.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

As férias:

- a devem ser concedidas ao empregado no mês seguinte ao em que completar um ano de trabalho na empresa.
- b são devidas em dobro se o empregador não as conceder até o fim do ano subsequente a cada ano de serviço completado pelo empregado.
- c devem ter seu gozo previamente combinado com o empregado.
- d devem ser pagas ao final do mês em que gozadas.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **incorreta**. Assinale-a.

- a O adicional de periculosidade se calcula sobre o salário do empregado.
- b O adicional de insalubridade se calcula sobre o valor do salário mínimo.
- c O empregado que faz jus ao adicional de periculosidade pode escolher entre recebê-lo ou o adicional de insalubridade a que eventualmente fizer jus.
- d Diante da inalterabilidade unilateral do contrato de trabalho, o valor do adicional de insalubridade ou de periculosidade, se recebido habitualmente, integra-se ao salário do empregado, para todos os efeitos legais, após a eliminação do risco à sua saúde ou à integridade física do trabalhador.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

- a O bancário fica sujeito a jornada normal de trabalho de oito horas diárias quando for esta a contratada.
- b O bancário fica sujeito a jornada de trabalho de oito horas diárias quando recebe gratificação de função de valor igual ou superior a 1/3 sobre seu salário.
- c O bancário fica sujeito a jornada de trabalho de oito horas diárias quando exerce cargo de confiança.
- d Todas as alternativas acima estão incorretas.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

- a O décimo-terceiro salário deve ser pago em duas parcelas, a primeira delas até novembro do ano correspondente.
- b O décimo-terceiro salário é devido, proporcionalmente, em qualquer caso de rescisão do contrato de trabalho que se der após o empregado ter trabalhado, pelo menos, por quinze dias no ano.
- c O décimo-terceiro salário deve ser pago até o final de dezembro de cada ano.
- d Todas as alternativas acima estão incorretas.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

- a O aviso prévio não é devido na rescisão indireta do contrato de trabalho.
- b O aviso prévio somente é devido na rescisão do contrato de trabalho por tempo indeterminado.
- c Em qualquer caso, o aviso prévio deve ser dado com a antecedência mínima de trinta dias.
- d Todas as alternativas acima estão incorretas.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, as parcelas rescisórias devem ser pagas até:

- a o primeiro dia útil após o término do período de aviso prévio indenizado.
- b dez dias após o término do contrato de trabalho com o cumprimento do período de aviso prévio pelo empregado.
- c o primeiro dia útil após o da rescisão do contrato de trabalho quando não houver aviso prévio.
- d Todas as alternativas acima estão incorretas.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **incorreta**. Assinale-a.

- a O contrato de trabalho pode ser tácito.
- b O contrato de trabalho pode ser verbal.
- c Quando, no contrato de trabalho, não tiver sido estipulado o valor do salário, será considerado ajustado o salário mínimo, salvo se houver salário da categoria previsto em norma coletiva.
- d O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

1. Somente uma das alternativas abaixo é **correta**. Assinale-a.

- a A nulidade, no processo do trabalho, pode ser argüida a qualquer momento, desde que antes da sentença.
- b A nulidade prejudicial ao trabalhador, no processo do trabalho, é de ordem pública, devendo ser declarada de ofício.
- c A nulidade, no processo do trabalho, não deve ser declarada, se não causar prejuízo.
- d Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O contexto da Administração Pública Federal Direta e Indireta, como tal prevista na legislação vigente, restringe-se:
 - a aos órgãos da estrutura do Poder Executivo e das autarquias.
 - b aos órgãos da estrutura da União Federal e suas autarquias.
 - c aos órgãos da estrutura da União Federal, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mistas e fundações públicas.
 - d aos órgãos e as entidades referidas na alínea anterior, bem como suas subsidiárias e concessionárias dos seus serviços públicos.
1. O que diferencia, fundamentalmente, um órgão da Administração Direta Federal de uma entidade da Indireta, sob o aspecto jurídico, é:
 - a a personalidade jurídica própria.
 - b exercício do poder de polícia.
 - c a sua autonomia administrativa.
 - d A subordinação ao princípio da legalidade.
1. O ato administrativo, regido pelas normas de direito público, que por isso goza da presunção de legalidade e do atributo da auto-executoriedade, pode ser o praticado por:
 - a quaisquer autoridades ou dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública.
 - b autoridade competente de órgão público ou de autarquias em geral.
 - c Autoridade competente de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.
 - d Dirigentes de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.
1. Ao servidor civil, ocupante de cargo público efetivo, não se aplica a garantia constitucional assegurada aos trabalhadores em geral de:
 - a trabalho noturno, com remuneração superior ao diurno.
 - b trabalho normal, com duração diária limitada a 8 horas.
 - c jornada de 6 horas, para turnos ininterruptos de revezamento.
 - d serviço extraordinário, com remuneração superior à do normal.
1. Dentre os elementos e/ou requisitos essenciais de validade dos atos administrativos, destaca-se o da finalidade, como o que mais atende ao princípio fundamental da:
 - a eficácia;
 - b eficiência;
 - c impessoalidade;
 - d legalidade.

1. De acordo com as normas reguladoras do processo administrativo, no âmbito da Administração Federal, os atos administrativos, necessariamente, não precisam ser motivados, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, quando:
 - a agravam encargos ou sanções;
 - b afetam direitos ou interesses;
 - c decorrem de reexame de ofício;
 - d apliquem jurisprudência firme sobre a questão.
1. O direito da Administração Pública Federal de anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, de que decorrem efeitos favoráveis para os destinatários:
 - a não incorre em decadência;
 - b decai em 2 anos;
 - c decai em 5 anos;
 - d decai em 10 anos.
1. A alienação de bens imóveis da União, cuja aquisição haja derivado de dação em pagamento, como regra geral, poderá ser realizada:
 - a com dispensa de licitação;
 - b com inexigibilidade de licitação;
 - c mediante concorrência ou leilão;
 - d mediante concorrência ou tomada de preços.
1. O contrato administrativo, regido pelas normas de direito público, confere ao respectivo órgão contratante a faculdade de alterá-lo, unilateralmente, quando para melhor adequação aos seus objetivos houver necessidade de modificação:
 - a das especificações;
 - b do regime de execução;
 - c da forma de pagamento;
 - d da garantia de execução.
1. O ato de autoridade superior competente (que dá provimento a recurso de quem fora afetada pela decisão recorrida ao ter condicionado o seu livre exercício da sua atividade econômico-profissional, restrição essa reformada porque considerada ilegal, abusiva e aplicada por autoridade incompetente), constitui no seu essencial a manifestação do poder:
 - a disciplinar;
 - b hierárquico;
 - c regulamentar;
 - d de polícia.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A garantia Constitucional preconizada no artigo 150, inciso I, de que nenhum Tributo será instituído, nem aumentado, a não ser através de lei, trata-se de princípio da:

- a legalidade
- b anterioridade
- c igualdade
- d competência

1. Indique a assertiva **incorreta**:

- a a alíquota do ipva é fixa.
- b contribuinte do ipva é o proprietário do veículo.
- c lançamento do ipva é feito a pedido do contribuinte
- d a instituição do ipva, como é conhecido esse imposto, é da competência dos estados e do distrito federal

1. Temos em nosso Sistema Tributário cinco espécies de Tributo, a saber: os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, as contribuições sociais e os empréstimos compulsórios.

Dentre as quatro abaixo elencadas uma se divide em três subespécies. Assinale-a.

- a imposto
- b taxa
- c contribuição de melhoria
- d contribuições sociais

1. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

- a todos os itens estão corretos.
- b somente o item I está correto.
- c somente os itens II e III estão corretos.
- d somente o item II está correto.

1. O Código Tributário Nacional dispõe em seu art. 108 que “Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada”:

I - a analogia;

II - os princípios gerais de direito tributário;

III - os princípios gerais de direito público;

IV - a equidade.

Diante da referida disposição legal, doutrinariamente chamada de “Meios de Integração”, indique o item acima correspondente a definição de analogia:

- a é o meio de integração que, basicamente, se encontra nos princípios da Constituição Federal.
- b é o meio de integração pelo qual o aplicador da lei, diante de lacuna desta, busca solução para o caso em norma pertinente a casos semelhantes.
- c é o meio de integração onde uma das fontes é a Constituição Federal.
- d por ela corrige-se a insuficiência decorrente da generalidade da norma.

1. Assinale a definição de Imposto.

- a é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição
- c é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- d funciona como simples antecipação de arrecadação, sem prejuízo do princípio da anterioridade.

1. Segundo o CTN, a isenção, um dos casos de exclusão do Crédito Tributário:

- a pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- b não é, em nenhuma hipótese, extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- c é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- d não pode, em nenhuma circunstância, ser revogada ou modificada por lei.

1. Assinale a alternativa **incorreta**:

A teor do artigo 165 do CTN, o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

- a cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.
- b erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.
- c reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
- d perda ou destituição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade.

1. Assinale a alternativa **correta**:

- a a ação para cobrança do Crédito Tributário prescreve em 5(cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- b a ação para cobrança do Crédito Tributário prescreve em 6(seis) meses contados do lançamento.
- c a prescrição não se interrompe pela citação feita ao devedor.
- d o prazo prescricional no Direito Tributário não se aplica ao devedor ausente do país, dada a impossibilidade de sua citação.

1. Assinale a conceituação **incorreta**.

Dentro do princípio literal do CTN sobre as Limitações da Competência Tributária, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado quanto à majoração, o disposto nos arts. 21 , 26 e 65 do CTN.
- b cobrar imposto sobre patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- c estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- d estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou de seu destino.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Não são órgãos do Poder Judiciário da União, no seu todo, os Tribunais:

- a Eleitorais;
- b Militares;
- c do Trabalho;
- d do Distrito federal e Territórios.

1. A matéria constante da proposta de Emenda Constitucional, que seja rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova apreciação:

- a no prazo de 5 anos;
- b na mesma sessão legislativa;
- c na mesma legislatura;
- d enquanto não requerida pela maioria absoluta dos congressistas.

1. No concernente ao controle financeiro e orçamento da Administração Pública Federal, a competência para julgar a regularidade das contas dos agentes responsáveis de órgãos e entidades da União é:

- a privativa do Tribunal de Contas da União;
- b privativa do Congresso Nacional;
- c do Tribunal de Contas com recurso ao Congresso;

- d do controle interno com recurso ao Tribunal de Contas.
- 1. Para que servidor público efetivo nomeado por concurso possa adquirir estabilidade no seu cargo é necessário Ter o tempo de serviço mínimo de:
 - a 1 ano;
 - b 2 anos;
 - c 3 anos;
 - d 5 anos.
- 1. A competência constitucional para processar e julgar, originariamente, os Mandados de Segurança contra ato de Ministro de Estado é do:
 - a Supremo Tribunal Federal;
 - b Superior Tribunal da Justiça;
 - c Tribunal Regional Federal;
 - d Conselho da Justiça Federal.
- 1. A competência para processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre Tribunal Regional e do Trabalho é do:
 - a Supremo Tribunal Federal;
 - b Superior Tribunal de Justiça;
 - c Tribunal Superior do Trabalho;
 - d Conselho da Justiça Federal.
- 1. A competência para legislar sobre a organização administrativa da Defensoria Pública do Distrito Federal é:
 - a privativa da União;
 - b comum da União e do DF;
 - c concorrente da União e do DF;
 - d privativa do Distrito Federal.
- 1. A competência para legislar, sobre previdência social, quanto aos servidores do Distrito Federal é:
 - a privativa da União;
 - b comum da União e do DF;
 - c concorrente da União e do DF;
 - d privativa do DF.
- 1. Ao Distrito Federal são atribuídas na constituição as competências legislativas:
 - a reservadas apenas aos Estados;
 - b reservadas aos Estados e Municípios;
 - c reservadas apenas aos Municípios;
 - d especificadas expressamente no seu texto.
- 1. A vedação constitucional de acumular cargos, empregos e funções:
 - a restringe-se a órgãos públicos;
 - b restringe-se a mesma esfera de governo;
 - c compreende órgãos e entidades da Administração Pública em geral;

d compreende órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, com suas subsidiárias e concessionárias dos seus serviços.

1. A Constituição veda que em quaisquer casos ou circunstâncias haja pena de:

- a morte;
- b banimento;
- c extradição;
- d prisão por dívida.

1. O Mandado de Segurança Coletivo pode ser interposto:

- a por qualquer partido político;
- b por qualquer organismo sindical ou associação de classe;
- c só em defesa dos direitos de seus membros ou associados;
- d sobre qualquer matéria relacionada com seus objetivos.

1. São bens da União na sua generalidade, dentre outros:

- a as terras devolutas;
- b as ilhas fluviais;
- c os rios navegáveis;
- d os terrenos de marinhas.

1. Compete aos Estados e ao DF instituir e cobrar imposto sobre:

- a propriedade predial e territorial urbana;
- b propriedade territorial rural;
- c propriedade de veículos automotores;
- d transmissão onerosa inter vivos de bens imóveis.

1. A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivos estranhos à previsão da receita e fixação da despesa, salvo sobre:

- a autorização para abertura de créditos suplementares;
- b concessão de garantias pelas entidades públicas;
- c emissão e resgate de títulos da dívida pública;
- d operações de câmbio por órgãos da União.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO I EXAME DE ORDEM DE 2001

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	C
3	B
4	A
5	D
6	B
7	C
8	D
9	D
10	D
11	<u>ANULADA</u>
12	A
13	C
14	D
15	B
16	C
17	B
18	<u>ANULADA</u>
19	B
20	D
21	D
22	A
23	<u>A</u>
24	<u>ANULADA</u>
25	<u>ANULADA</u>
26	<u>ANULADA</u>
27	C
28	A
29	<u>ANULADA</u>
30	C
31	C

QUESTÃO	RESPOSTA
51	D
52	<u>ANULADA</u>
53	B
54	B
55	A
56	D
57	B
58	B
59	D
60	D
61	A
62	B
63	<u>ANULADA</u>
64	C
65	C
66	C
67	A
68	B
69	C
70	C
71	D
72	C
73	C
74	A
75	B
76	A
77	C
78	D
79	A
80	B
81	A

32	B
33	C
34	A
35	A
36	D
37	C
38	B
39	D
40	C
41	A
42	B
43	B
44	A
45	C
46	D
47	D
48	B
49	B
50	D

82	A
83	D
84	A
85	D
86	B
87	B
88	A
89	C
90	B
91	<u>ANULADA</u>
92	A
93	C
94	B
95	C
96	B
97	<u>ANULADA</u>
98	D
99	C
100	A